

-----ACTA 23/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 4 de Outubro de 2010-----

-----Aos quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----A reunião contou com a presença de público e da imprensa.--
-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas ou dos presentes na assistência, queriam usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte intervenção:-----

-----"1 - Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010-----

-----O MICA quer expressar o seu mais veemente protesto, pela forma antidemocrática como decorreu a última Assembleia Municipal.-----

-----A Senhora deputada da CDU, usando dos seus direitos, do seu tempo, intervindo unicamente sobre a matéria em discussão, em tom perfeitamente normal, foi abruptamente interrompida pelo Presidente da Mesa que, acabou por lhe retirar a palavra passando imediatamente à votação, porque deferiu um duvidoso e

antidemocrático requerimento da sua fiel bancada.-----

-----Para quem é Vereador, estas atitudes são o "pão-nosso de cada dia", por parte do Presidente da Câmara ou de quem o substitui.-----

-----Este procedimento do Presidente da Assembleia Municipal, até destoa da expectativa que inicialmente suscitou, mas concerteza "valores mais altos se levantaram".-----

-----Faço votos para que estes procedimentos não se voltem a repetir.-----

-----2 - Relatório da IGAL-----

-----Solicito que me seja entregue o Relatório definitivo da IGAL, já na vossa posse, conforme indicação do Presidente da Assembleia Municipal de 30 de Setembro último.-----

-----3- ETAR na Raposa-----

-----Tenho informações que a população da Raposa está agitada e em polvo-rosa, pois querem construir a Etar dentro da povoação, a cerca de 15 metros de algumas habitações.-----

-----A população já está a sofrer com os efeitos da lixeira, destinada, inicialmente, para 20 toneladas de lixo e que hoje alberga mais de 200.-----

-----É a lixeira de quase todo o Ribatejo. Não está na altura de se pensar na rotação do local?-----

-----Parece-me ser decisão desta maioria construir uma ETAR dentro da povoação.-----

-----Gostaria de ser informado sobre as vossas intenções para com a população de Raposa, no que a estas matérias diz respeito. Solicito, também esta informação em requerimento que vou apresentar.-----

-----De seguida o mesmo Vereador distribuiu o Requerimento nº 3/2010, que passo a transcrever:-----

-----"Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador do MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim, em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea s) do número 1, do artigo 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, e as

exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artº 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho, nomeadamente:-----

-----a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse publico:-----

-----"Salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia".-----

-----O exercício de funções políticas deve ser assumido com elevação, responsabilidade e consciência.-----

-----É assim que me posiciono na vida, quer na minha actividade profissional, quer no exercício de funções políticas e de cidadania.-----

-----Recuso-me a contribuir para a mediocridade da actividade política e recuso-me a fazer desta função uma tarefa de "faz de conta".-----

-----É por isso que esta nobre função de outros tempos está, hoje, moribunda e descredibilizada. Na minha minúscula quota-parte de responsabilidade, tudo farei para a dignificar e por isso o meu combate contra o sistemático desrespeito pela Lei, para subverter as regras democráticas que tem sido e continua a ser a postura e o comportamento da maioria deste executivo municipal.-----

-----Todos nós sabemos que vereadores eleitos tomam parte nas decisões do colectivo municipal, mas não têm responsabilidades directas na gestão quotidiana dos serviços, entre outras compete-nos exercer as competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.--

-----Será que no seu entendimento a nossa acção política, deverá ser dar loas ao Presidente?-----

-----Aprovar acriticamente as suas decisões e atitudes?-----
-----Não fiscalizar a vossa actividade?-----
-----A Democracia para V. Ex^a é a opacidade das decisões, é a promoção de ignorância, é o desrespeito pela Lei?-----
-----E o que é para V. Ex^a o pluralismo?-----
-----É dizer que o Presidente é omnisciente, só falar quando o Presidente quiser e nos der ordem, é estar presente só quando V.Ex^a o julga conveniente?-----
-----Não vou, mais uma vez enumerar os artigos da lei pela qual todos nos devemos reger, e que deve ser cumprida com muito mais exigência, por quem ocupa o Poder.-----
-----Vou relembrar só e de acordo com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição que, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes do referido Estatuto.-----
-----Até hoje o senhor presidente da Câmara tem violado sistematicamente esta norma legal.-----
-----Neste executivo municipal nunca foi elaborado o RESPECTIVO RELATÓRIO.-----
-----Esta forma de actuação de não serem prestadas as informações aos eleitos locais, diminuindo a qualidade da Democracia Local, em ALMEIRIM, por falta de informação, reflecte o profundo desprezo pela oposição e, por consequência, pela Democracia onde, como é sabido, é tão importante o governo do Município, como a sua fiscalização politica pelos vereadores da oposição que, aliás, têm a mesma legitimidade popular.-----
-----No que respeita ao acesso à informação por parte dos vereadores, a Lei nº 169/99, refere, no artigo 68º, nº 1, alínea s), que compete ao presidente da câmara "responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores".-----
-----Neste sentido e no exercício dos poderes de fiscalização acima melhor identificados, assim como no exercício de oposição,

para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 dos artigos 3.º e 4.º da Lei 24/98, de 26 de Maio (Estatuto da Oposição), venho solicitar os seguintes documentos e as seguintes informações:-----

-----1 - Listagem de todos os processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos.(n.º 4 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);-----

-----2 - Planta de implantação da ETAR da Raposa, com indicação das linhas de água junto ao local de intervenção, com indicação das construções previstas, dimensão e caracterização do sistema de tratamento proposto, bem assim como cópia do estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, dado tratar-se de uma povoação com menos de 50.000 habitantes;-----

-----3 - Listagem de todos os projectos apresentados na Autoridade de Gestão do INALENTEJO, até 8 de Agosto de 2010, respectivo valor e fundamentação apresentada;-----

-----4 - Informação precisa e actualizada sobre o "projecto de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho" e informação se a empresa IBERSILVA já concluiu a obra;-----

-----5 - Informação sobre as "buscas efectuadas pela Polícia Judiciária", conforme foi noticiado nos vários órgãos da imprensa regional e nacional, em que a Polícia Judiciária procedeu a diligências e buscas nas instalações e serviços da Câmara Municipal de Almeirim, bem assim como em residências particulares de alguns políticos locais, nos dias 21 e 22 de Julho de 2010;-----

-----6 - Cópia da informação sobre a respectiva "situação económica e financeira", relativa ao 1.º semestre de 2010, nos termos da alínea d) do n.º 3 do Artigo 48.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro;-----

-----7 - Cópia dos relatórios trimestrais (1.º, 2.º e 3.º) de execução orçamental, nos termos da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, das empresas participadas, nomeadamente da AR - Aguas do Ribatejo da Ecoléziria e da Resiurbe.-----

-----Almeirim, 4 de Outubro de 2010-----

-----O Vereador do MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim".-----

-----Usou também da palavra o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, que disse querer fazer referencia ao que se passou na última Assembleia Municipal. Que de facto tem algumas preocupações com o que está a acontecer, pois revela que se estão a colocar em causa princípios da democracia, e que quer acreditar que, aquela Assembleia decorreu desse modo por um mau momento do Senhor Presidente da mesma. Disse que o Presidente da Assembleia e de todos os seus membros, não deve de modo algum, submeter-se a imposições ou orientações do PS, fazendo lembrar os piores momentos das Assembleias Municipais do mandato anterior.-----

-----Referiu-se ainda a dois pontos que considera de grande importância, o primeiro, a questão do Regimento, que tem a dignidade suficiente para ser debatido e aprovado no decorrer da sessão, e não no Período Antes da Ordem do Dia, sendo matéria que deve ser do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal, e que os serviços da Assembleia devem garantir igualdade de conhecimento, para que não se assista àquele espectáculo degradante, quando um Deputado votou o Regimento sem o conhecer e sob coacção do Senhor Presidente da Assembleia. Em segundo, a atitude para com a Senhora Deputada Manuela Cunha não foi democrática, ao lhe ter sido retirada a palavra sem que tivesse esgotado o seu tempo. Acrescentou, que ser democrata, é ser capaz de ouvir aquilo que não se gosta, e ter respeito pela oposição. Frisou de novo, que espera que este procedimento por parte do Senhor Presidente, tenha sido apenas um momento de menos inspiração.-----

-----Continuou o mesmo Vereador, solicitando de novo o documento onde sejam explicitas as atribuições de competências a alguns técnicos da Autarquia, alertando para o facto de estar a evitar fazer o pedido por escrito.-----

-----Em relação à situação da ETAR da Raposa, informou que esteve a ver o local, que não sabe se haveria outra alternativa,

mas que na sua opinião era bom que a Etar não se situasse tão perto do aglomerado populacional, nem do Parque de Merendas, e que valeria a pena estudar outra hipótese.-----

-----Questionou ainda o Senhor Presidente, quem é que afinal financia aquela obra, se a Câmara ou as Águas do Ribatejo, já que a placa indica que é o Município, ao que o Senhor Presidente lhe responde que a Câmara não é. Que a placa está mal feita, mas que não sabe quem a fez.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos, pediu a palavra e leu a proposta a seguir transcrita:-----

-----"VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

-----Integrado nas comemorações do 100º Aniversário da Implantação da República Portuguesa, a Câmara Municipal da Cidade Francesa de Dreux, convidou a Banda Marcial de Almeirim para presentear com dois concertos as, talvez, as centenas de emigrantes portugueses que vivem nesse departamento e arredores.-----

-----Porque acabei de ter conhecimento através de um relato bastante emocionado de excelente prestação dos nossos músicos e maestro, que deixaram lágrimas de alegria e saudade nos portugueses que os ouviram, proponho por esta razão um Voto de Congratulação.-----

-----De notar que em oitenta anos de existência foi a primeira internacionalização da Banda Marcial de Almeirim, e fê-lo para além de uma forma brilhante, acima de tudo digna".-----

-----Todo o Executivo concordou com esta proposta de Voto de Congratulação.-----

-----O mesmo Vereador informou que no dia 5 de Outubro, a Banda Marcial de Almeirim, participará com a sua actuação nas comemorações do Centésimo Aniversário da Implantação da República, deixando o convite a todos que queiram assistir.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vice Presidente, que disse estar

convencido que o País já tinha dado um passo em frente relativamente a questões ambientais. Recordou que Almeirim, há alguns anos, foi a única a receber o Ministro do Ambiente, apesar de algumas tentativas de querer passar às pessoas a ideia que o aterro era um problema gravíssimo, mas que apesar disto, foi entendido que o aterro, viria por fim às lixeiras.-----

-----Disse que concorda que devam ser quanto mais afastados melhor, mas que o afastamento também cria problemas.-----

-----O Senhor Vice Presidente, deixou o convite para visitar a ETAR na Tapada, já que a que vai ser construída na Raposa é idêntica, pois esta irá trabalhar por gravidade, em vez de ter uma bomba, como a da Tapada, da qual nunca recebeu qualquer reclamação.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, frisou ser evidente que nunca pôs em causa a construção da ETAR, mas sim a localização, salientando que está em causa dar corpo às preocupações da população, e tentar resolver as situações. Concordou que sendo toda a urbe mais alta, poderá o sistema funcionar por gravidade e assim poder ser estudado outro local junto à Ribeira.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO-----

-----No Período do Público, usou da palavra o Senhor Arnaldo Seixas, que focou os seguintes pontos:-----

-----Relógio da Torre, que está avariado há imenso tempo;-----

-----Em relação à toponímia, continua na mesma, e não se sabe onde são as ruas;-----

-----Na Rua Miguel Bombarda os passeios deveriam ser encurtados, dado a dificuldade em se cruzarem dois carros, devido ao estacionamento existente;-----

-----Os passeios que foram calçetados na Rua Dionísio Saraiva, estão uma vergonha, pois foram mal feitos;-----

-----Nas ciclovias os carros estacionam indevidamente e ninguém faz nada;-----

-----No passeio junto à "Delícia de Almeirim", estão pedras arrancadas no passeio;-----

-----A situação da Adega do Laudácias , está na mesma.-----

-----Questionou o porquê destas situações não serem resolvidas.-

-----O Senhor Manuel Lucas referiu-se ao facto de em frente ao "Grupo 4" e junto à Igreja, os passeios estarem todos mal feitos, sugeriu que junto à Praça se coloque cimento com areia, que além de não ter um custo elevado, resolvia a situação, voltou a falar da questão da "mela" das laranjeiras, pois continua a mesma vergonha, por fim convidou a passar no chão do Parque das Laranjeiras, para se ver que o mesmo está todo a desfazer-se e a arrancar-se.-----

-----O Senhor Luís Gonçalves, questionou se os funcionários municipais não têm autoridade para chamar a atenção, ou mesmo notificar as pessoas que, com grande falta de civismo e respeito por tudo e todos, levam os cães a passear no Parque da Zona Norte, que sendo um espaço muito bom e agradável na nossa cidade, está sempre sujo com os dejectos dos animais. Disse que como frequentador assíduo daquele espaço se aflige e lamenta que isto aconteça.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que concorda que devam ser tomadas medidas, no sentido de acabar com esta situação. Informou que do ponto de vista legal, não é fácil serem os funcionários a tentar resolver a situação, apesar de terem indicação para chamar a atenção das pessoas que não o devem fazer. Informou ainda que está a ser elaborado um novo Código de Posturas, em que um dos pontos a ser introduzido tem a ver com esta questão, mas que garantidamente quando for aplicado e com coimas previstas, a reacção das pessoas não vai ser a melhor.---

 -----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: --

-----Guilherme Freitas Simões, cinquenta e um; Carlos Alberto Sequeira Domingos, cinquenta e quatro, ambos de dois mil e dez.-

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Amadeu Duarte Pereira Fidalgo, setenta de dois mil e dez.--

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APROVAÇÃO DO PSS PARA A EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - LARGO GENERAL GUERRA" - Foi presente pelo Senhor Presidente a proposta do seguinte teor:-----

-----"Cumprindo o estipulado no nº 1 do artº 12º do Decreto Lei nº 273/03, de 29 de Outubro, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra:"Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Largo General Guerra".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----NOMEAÇÃO DO FISCAL PARA A EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - LARGO GENERAL GUERRA" - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Cumprindo o estipulado no artigo 302º alínea a) e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho a nomeação do Sr. Engº António Xavier Martins da Rocha Pinto, como fiscal da empreitada: "Requalificação do

Centro Cívico de Almeirim - Largo General Guerra".-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA PARA A EMPREITADA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - LARGO GENERAL GUERRA". - A proposta que se segue foi apresentada pelo Senhor Presidente.-----

-----"Cumprindo o estipulado no nº 2 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 273/03, de 29 de Outubro, proponho a nomeação de José Luís Bento Pontes Moreira, como coordenador de segurança em obra por parte desta Autarquia, para execução da empreitada: "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Largo General Guerra".-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE "CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM". O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Conjugando o nº 1 do artº 36º, o artº 38º, o nº 2 do artº 40º, todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artº 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda a alínea q) do nº 1 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa de 1.069.140,70€ (um milhão e sessenta e nove mil, cento e quarenta euros e setenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Publico, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra:"Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, questionou porque é que este projecto não consta da listagem do Inalentejo, e que tem dúvidas se depois de tantos cortes anunciados pelo Governo, irá ser esta obra financiada.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que só constará na listagem depois desta votação, e que se este projecto se perde, é que se perderão os financiamentos comunitários.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que não está muito preocupado se o Governo aprova ou não. Para isso, estamos cá para exigir que deve ser clarificada é a forma como os terrenos vieram à posse da Câmara, salientando que uma coisa é o equipamento cultural, outro é o patrimonial e sobre esta ultima tem duvidas.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que uma parte deste terreno foi comprada pela Câmara e outra foi doada, que o Fazendense só tinha a parte edificada, e como esta Associação vai ficar sem a sede, a Câmara compromete-se a reconstruí-la no campo do Fazendense.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com 6 seis votos a favor, cinco do PS e um do MICA, e a abstenção da CDU.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS, NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim". - O Senhor Presidente leu a seguinte proposta:" Ao abrigo do artº 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de: "Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim", os seguintes funcionários:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Vereadora Maria Emília Botas Moreira;-----

-----Vogal - Maria de Fátima Lopes.-----

-----Suplentes:-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luís Alberto Ferreira Leitão."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com 6 seis votos a favor, cinco do PS e um do MICA, e a abstenção da CDU.--

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS, NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM". - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:" Conjugando o nº 2 do artº 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da empreitada de "Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com 6 seis votos a favor, cinco do PS e um do MICA, e a abstenção da CDU.--

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a seguinte Declaração de Voto:"Abstenho-me nestes três pontos, por não ter segurança em relação à questão dos terrenos, apesar de "ver com bons olhos" a criação do equipamento. Espero que todas as minhas dúvidas se dissipem."-----

-----APRECIACÃO DA PROPOSTA PARA CONDICIONAMENTO DE ESTACIONAMENTO NA RUA TIMOR - O Senhor Vereador José Carlos deu a conhecer ao restante Executivo, a carta de um Município, Senhor José Luís Marmelo, que passo a transcrever:"Eu José Luís Marmelo morador na Rua Timor, no 65ª, vem solicitar à CMA a marcação no pavimento do lado contrário à minha garagem de listas amarelas para inibição de estacionamento.-----

-----Já se esgotaram todas as formas de entendimento com o vizinho que teima em impedir as saídas e entradas das minhas viaturas da garagem.-----

-----Tenho 83 anos, vivo sozinho e em qualquer momento posso ter que sair de emergência."-----

-----Relativamente a este assunto o mesmo Vereador apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que a Rua Timor é bastante estreita;-----

-----Considerando que para efectuar a manobra de saída da referida garagem tem que se sair na perpendicular em relação à Rua;-----

-----Considerando que embora tratando-se de um desentendimento entre vizinhos a acção da Câmara Municipal de Almeirim pode, talvez, evitar um conflito bem mais grave;-----

-----Proponho considerar pertinente o pedido que se anexa e efectuar as referidas marcações".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----DELIBERAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO Nº 45/2008 EM NOME DE ONORIS S.A. -----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta relativa ao assunto acima mencionado, do seguinte teor:-----

-----"Tendo em conta o solicitado pela FUNBOX e os pareceres da fiscalização e do consultor jurídico, proponho que a Câmara delibere de acordo com as conclusões do parecer:-----

-----Deve, assim, ser projectada pela Câmara Municipal de Almeirim decisão de declaração de caducidade da licença nº 45/08, com audiência do interessado, em 10 dias;-----

-----Esta decisão para efeitos de audiência de interessado deve ser comunicada à requerente do processo e titular da licença, ONORIS SA;-----

-----Sem embargo, deve igualmente comunicar-se à requerente FUNDBOX a intenção de declaração de caducidade da licença

referida e que a mesma foi comunicada à ONORIS SA, por ser ainda a titular do processo e da licença."-----

-----Foi presente a reunião o parecer do consultor jurídico, que a seguir transcrevo:-----

-----"Origem: DHU; Proc. Nº 254/04; Caducidade de licença de construção nº 45/08.-----

-----I - Antecedentes-----

-----1 - Foi presente requerimento enviado por FUNDBOX, SGFII SA, em representação de Fundo Especial de Investimento Fechado IMOGENESIS, identificado como requerente no processo de obras supra mencionado, solicitando, ao abrigo do nº 3 do artº 3º do D.L. nº 26/2010 (30.03), a extensão por igual período do prazo inicial de 36 meses, do alvará de licença de construção nº 45/08.-----

-----2 - Emitimos (31.08.2010)breve informação onde, sem curar da questão de legitimidade de requerente, consideramos que a situação poderia ter enquadramento da norma do DL nº 26/2010, pelo que poderia ter direito à extensão do prazo. Consideramos, porém, que a fiscalização deveria verificar o estado das obras.-

-----II - Factos Relevantes-----

-----Os factos que importa reter são os seguintes:-----

-----* A Requerente, FUNDBOX, apresentou requerimento, cujos termos se dão por reproduzidos, dirigido ao proc. Nº 254/04, pedindo, ao abrigo do nº 3 do artº 3º do DL nº 26/2010, a extensão por igual período do prazo inicial de 36 meses, do alvará de licença de construção nº 45/08.-----

-----* Na informação nº 392/10, que se tem por reproduzida, realçamos os seguintes pontos:-----

-----» A obra não foi ainda iniciada, nem sequer se encontra ninguém no local;-----

-----» Não está afixado o aviso da obra;-----

-----» O processo a que a requerente se refere está em nome de ONORIS SA, pelo que julgo não ter legitimidade para requerer a prorrogação 45/08 que termina a 12/03/2011.-----

-----Não existe no processo qualquer pedido de averbamento do

mesmo em nome do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOGENESIS (que permanece em nome da requerente ONORIS SA), ou que a ora requerente seja a entidade gestora daquele Fundo.-----

-----III - Análise-----

-----1 - Face à situação de facto referida duas são as questões a apreciar (i) a legitimidade da requerente, (ii) a possível situação de caducidade da licença e (iii) os reflexos dos factos anteriores no pedido de extensão da licença.-----

-----2 - Quanto à legitimidade da requerente, FUNDBOX, é manifesto que a não possui, ou, pelo menos, a mesma não está demonstrada no processo.-----

-----Recorde-se que, nos termos do nº1 do artº 9º do RJUE, qualquer requerimento nos procedimentos nele previstos deve conter a identificação do requerente..., incluindo o domicílio ou sede, bem como a indicação da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realizar a operação urbanística.-----

-----Ora, é manifesto que, não sendo conhecidos no procedimento, quer o Fundo IMOGENESIS, quer a ora requerente FUNDBOX, não têm, qualquer delas, comprovado no processo serem titulares de um qualquer direito que lhes confira a faculdade de realizar a operação urbanística em causa, carecendo, por isso, de legitimidade para intervir no procedimento e, consequentemente, para requerer a extensão da licença.-----

-----A falta de legitimidade é uma situação que se poderá configurar como uma mera deficiência instrutória do pedido que pode ser suprida nos termos do nº 2 do artº 11º, mediante despacho de aperfeiçoamento a proferir pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competência delegada.-----

-----Assim, dever-se-á proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido, sob pena de rejeição do pedido, a cumprir no prazo de 15 dias, ficando o processo a aguardar o impulso do interessado.---

-----3 - Porém, como se disse, os factos referidos na informação da fiscalização configuram uma situação de presumível caducidade

da licença, pois, conforme consta da referida informação, a obra não se mostra iniciada, nem se encontra qualquer representante da titular da licença, ONORIS SA, no local.-----

-----Reza a alínea a) do nº 3 do art. 71º do RJUE:-----

-----3 - Para além das situações previstas no número anterior, a licença ou a admissão de comunicação prévia para a realização das operações urbanísticas referidas no numero anterior, bem como a licença ou a admissão de comunicação previa para a realização de operação de loteamento que exija a realização de obras de urbanização, caduca ainda:-----

-----a) Se as obras não forem iniciadas no prazo de nove meses a contar da data de emissão do alvará, do prazo previsto no artigo 36º, ou, nos casos previstos no artigo 113º, da data do pagamento das taxas, do seu depósito ou da garantia do seu pagamento;-----

-----Ora, tendo a licença sido emitida a 12.03.2008, a requerente ONORIS SA, tinha o prazo de 9 meses, a contar daquela data, para dar inicio às obras, ou seja, as obras deveriam ter tido inicio até ao dia 12.12.2008.-----

-----Deste modo, por estar completamente ultrapassado o prazo, a licença encontra-se em situação de caducidade, que deve ser declarada. Mas como?-----

-----Neste ponto, três questões se colocam que são as de saber se a (i) a caducidade opera *ope legis*, pelo mero decurso do tempo e, nessa medida se (ii) existe ou não alguma margem de discricionariedade na apreciação da (in)conveniência do interesse publico na respectiva declaração e (iii) qual a natureza jurídica do acto de declaração da caducidade, se meramente declarativo ou verdadeiramente constitutivo.-----

-----3.1 - É entendimento generalizado que a caducidade não opera automaticamente e que carece de um acto de declaração por parte da Administração.-----

-----Deste modo, apesar de decorrido o prazo legal para o inicio da obra e de esta não ter sido iniciada, não está, por esse facto, automaticamente caducada a licença, sendo necessário um

acto expresse que, apurados os respectivos pressupostos, a declare.-----

-----3.2 - Questão diversa é saber qual seja o iter de produção desse acto é que é matéria que já releva da possível discricionariedade da decisão de declaração da caducidade, entendemos que a mesma não existe, e que estamos perante poderes vinculados da Administração, verificados que sejam os respectivos pressupostos.-----

-----Dir-se-á que não é tanto assim porque, estando prevista a audiência de interessado, sempre o particular poderá trazer ao procedimento factos que poderão justificar a não declaração da caducidade e que a própria lei admite que possam haver motivos não imputáveis ao titular da licença que justifiquem.-----

-----Devemos dizer que não consideramos que a sujeição a audiência de interessado, por si só, possa dar base para afastar aquela vinculação. É que, por um lado, a audiência de interessado é um instituto genericamente consagrado como forma de participação dos interessados nas decisões da Administração e é neste sentido que se tem consagração no caso, tanto mais que estamos perante um acto ablativo de direitos legalmente constituídos. Por outro lado, o artº 71º prevê situações de caducidade em que podem e devem ser ponderados factores que não são o mero decurso do tempo e o incumprimento dos prazos estabelecidos e em que a audiência de interessado pode trazer elementos relevantes para a decisão.-----

-----Parece-nos, porém, que, apesar da construção doutrinária à volta dos diferentes tipos de caducidade, não devemos ignorar a letra da lei e, nesse sentido, atentar na redacção do artº 71º e em particular do seu nº 6, onde constatamos que a lei associa o decurso do prazo à caducidade da licença, sem que preveja qualquer possibilidade de ponderação da (in)conveniência ou interesse publico nessa declaração, traduzida na ponderação de quaisquer motivos justificativos e ainda no disposto no nº 5 do artº 76, quando estabelece a caducidade como um dos fundamentos para a não prorrogação do prazo para o levantamento do alvará.

Com efeito, não deve ser indiferente o facto de em certos casos a lei admitir a ponderação de razões que possam fundar a não declaração da caducidade e outros em que não existe essa previsão, pelo que se nos afigura temerário, à luz dos princípios que regem a interpretação das normas jurídicas, considerar uno todo o regime de caducidades do artº 71º.-----

-----Por outro lado, a licença, ainda que seja constitutiva de direitos e seja emitida no interesse dos particulares, também contém uma vertente de interesse público na medida em que baliza temporalmente o período em que é reconhecido ao seu titular o direito a realizar uma determinada operação urbanística, com isso visando evitar que se prolonguem indefinidamente no tempo situações contrárias ao interesse geral urbanístico, o que para nós é mais uma manifestação de que estamos perante um dever da Administração.-----

-----Igualmente pensamos que não se pode extrair argumento a favor da discricionariedade da decisão do facto de a lei admitir a renovação da licença, pois deve ter-se em conta que a caducidade de que falamos refere-se apenas aos direitos conferidos pelo procedimento e que não procede à extinção mais geral dos direitos do particular a realizar uma determinada operação urbanística.-----

-----Deste modo, entendemos que, verificados que sejam os respectivos pressupostos, deve ser projectada a decisão de declarar a caducidade da licença, com fundamento no incumprimento do prazo para o início das obras de construção.---

-----3.3 - Relativamente à questão é a de saber se a declaração de caducidade tem efeitos declarativos ou constitutivos, pelo que já deixamos dito supra (3.1) se pode deduzir que a declaração de caducidade, por não operar automaticamente, tem efeitos constitutivos, pois carece da verificação e qualificação dos factos em que assenta.-----

-----Em consequência, até ao momento da declaração de caducidade e apesar da situação de virtual caducidade da licença, os efeitos jurídicos da licença de construção permanecem na ordem

jurídica até ao momento da declaração de caducidade, sendo apenas eficaz a partir desse momento.-----

-----3.4 - Assim e em conclusão, a licença encontra-se em inequívoca situação de caducidade, que deve ser declarada pela Câmara Municipal, devendo, por isso, com esse fundamento, projectar-se a decisão de declarar a caducidade da licença nº 45/08, mediante prévia audiência do interessado.-----

-----4 - Considerando as conclusões supra (falta de legitimidade da requerente FUNBOX e situação de caducidade da licença), quais as consequências no pedido de extensão da licença.-----

-----4.1 - Deve dizer-se que a falta de legitimidade é uma situação que se poderá eventualmente configurar como uma mera deficiência instrutória do pedido que pode ser suprida nos termos do nº 2 do artº 11º, mediante despacho de aperfeiçoamento a proferir pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competência delegada.-----

-----Nesta hipótese, dever-se-á proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido, sob pena de rejeição do pedido, a cumprir no prazo de 15 dias, ficando o processo a aguardar o impulso do interessado.-----

-----Obstar-se-á, porém: fará sentido promover o aperfeiçoamento do pedido de extensão da licença quando, simultaneamente, estamos perante uma situação de caducidade? A resposta, em princípio, deveria ser negativa, na medida em que se devem privilegiar as decisões de mérito sobre as meramente formais. Porém, não se afigura que no presente caso possamos seguir esta regra exactamente porque a requerente não é a titular da licença. Assim, estamos perante duas situações distintas (i) o pedido formulado por quem não tem legitimidade para o fazer e que impõe que seja proferido o despacho de aperfeiçoamento, pelo Presidente ou Vereador com competência delegada e (ii) a situação de caducidade pelo incumprimento do prazo de início da construção em que, pelos elementos constantes do processo na presente data, apenas interessa à titular da licença, ONORIS SA.-----

-----4.2 - Neste ponto, cumpre fazer uma breve explicitação relativamente às entidades a notificar para efeitos da audiência de interessado.-----

-----Como está demonstrado, não existe no processo qualquer pedido de averbamento do processo em nome da requerente ou seu representado, pelo que, para todos os efeitos continua a ser titular do processo a requerente ONORIS SA.-----

-----Deste modo, a notificação do projecto de decisão de declaração de caducidade da licença nº 45/08, com fundamento no facto de as obras não terem sido iniciadas dentro do prazo de 9 meses, ou seja, até 12.12.2008, deve ser comunicada à ONORIS SA para efeitos de audiência do interessado.-----

-----Porém, como foi apresentado um requerimento pela requerente FUNBOX, deve igualmente a mesma ser notificada de que carece de legitimidade para intervir no procedimento e que, sob pena de rejeição liminar do pedido, deve fazer prova de que é titular de direito que lhe confere a faculdade de realizar a operação urbanística. Deve ainda ser-lhe comunicada a decisão de intenção, com a indicação de que a titular da licença ONORIS SA foi notificada para efeitos de audiência de interessado, por ser quem tem legitimidade para se pronunciar por ser a titular do processo e da licença.-----

-----IV - Conclusões -----

-----Em face do exposto, podemos concluir:-----

-----O presente processo foi iniciado pela requerente ONORIS SA a favor de quem foi emitida a respectiva licença de construção nº 45/08;-----

-----Não existe no processo pedido de averbamento do mesmo em nome do Fundo IMOGENESIS ou documento que comprove que a FUNBOX seja a entidade gestora daquele Fundo;-----

-----Carece, assim, a requerente FUNBOX de legitimidade para requerer a extensão da licença;-----

-----Deve ser proferido pelo Vereador do pelouro despacho de aperfeiçoamento do pedido mediante a comprovação da sua legitimidade;-----

-----A obra não se mostra iniciada, nem se encontra na mesma qualquer representante da titular da licença, ONORIS SA;-----

-----A licença foi emitida a 12.03.2008, pelo que a requerente ONORIS SA, tinha o prazo de 9 meses, a contar daquela data, para dar início às obras, ou seja, até ao dia 12.12.2008;-----

-----A licença encontra-se situação de caducidade;-----

-----Deve, assim, ser projectada pela Câmara Municipal de Almeirim decisão de declaração de caducidade da licença nº 45/08, com audiência do interessado, em 10 dias;-----

-----Esta decisão para efeitos de audiência de interessado deve ser comunicada à requerente do processo e titular da licença, ONORIS SA;-----

-----Sem embargo, deve igualmente comunicar-se à requerente FUNDBOX a intenção de declaração de caducidade da licença referida e que a mesma foi comunicada à ONORIS SA, por ser ainda a titular do processo e da licença."-----

-----Relativamente a este assunto o Senhor Vice Presidente prestou os devidos esclarecimentos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, frisou que os negócios entre a Câmara e estes fundos, são sempre um pouco tristes, além destes pareceres jurídicos, e que certamente é um assunto que seguirá para Tribunal, e do qual não se voltará a ouvir falar.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo, referiu que tudo isto não passa de uma simpatia, e já que é dada tanta importância ao assunto, questionou porque é que o mesmo não tem outro andamento administrativo. Voltou a frisar que a Câmara não vota pareceres, mas sim propostas. Sugeriu que fosse retirado, e voltasse a uma nova reunião capeado, até porque se for para Tribunal, não se manda um processo nestas condições.-----

-----O Senhor Vice Presidente falou a urgência do assunto, e por isso, não se dever retirar o assunto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----INFORMAÇÃO SOBRE A POSSIVEL ADESÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM A UMA ASSOCIAÇÃO DE REGANTES A CONSTITUIR - -----

-----A Câmara tomou conhecimento da informação do Senhor Vice Presidente, relativamente ao assunto acima mencionado, do seguinte teor:"As Câmaras Municipais de Almeirim e Alpiarça, assim como todos os agricultores interessados pretendem constituir uma Associação de Regantes.-----

-----O objectivo é o aproveitar as potencialidades de rega do Rio Tejo e da Vala Real.-----

-----Pretendemos assim, por um lado diminuir os custos de produção dos agricultores, uma vez que os custos com regas diminuam pelo menos 50% e ao mesmo tempo proteger os nossos lençóis freáticos de uma utilização excessiva.-----

-----Através desta Associação será possível a candidatura a fundos comunitários específicos que nos podem permitir a tão desejada ligação do Tejo à Vala, assim como a construção de vários diques na Vala Real que para além de permitirem a rega dos campos servem ainda como garantia de um espelho de água que terá diversas outras utilizações, nomeadamente de lazer e desportivas".-----

-----APRESENTAÇÃO DE NOVA APLICAÇÃO GEOGRAFICA DE GEOREFERENCIAÇÃO DE SUGESTÕES/RECLAMAÇÕES-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou ao restante Executivo uma nova aplicação informática. Esta consiste num site, cujo objectivo é facilitar aos Munícipes poder fazer on line qualquer tipo de reclamação ou sugestão, poder obter qualquer informação sobre água, publicidade, etc.-----

-----LOTEAMENTO - Foi presente, pelo Senhor Vice Presidente, o loteamento em nome de José João da Silva Guardiano. Este processo de loteamento já foi presente a reunião de Câmara em 31 de Maio de 2010. Passo a transcrever a informação do Senhor Arquitecto António Forte, que acompanha o processo nesta fase.--

-----"Em face do parecer jurídico no que respeita à consulta de entidades externas, nomeadamente da ARH cumpre-me efectuar o parecer final relativo ao presente pedido de licenciamento de uma operação de loteamento com vista à constituição de 3 lotes destinados à construção de moradias unifamiliares del piso e respectivos anexos, uma zona classificada como Zona Habitacional a Consolidar (ZHC) na carta Urbanística das Fazendas de Almeirim do PDM, sujeita a estudo mediante Plano de Pormenor.-----

-----1 - Como é do conhecimento da Autarquia, o município nunca decidiu no sentido de ser executado o referido PMOT, pelo que os únicos parâmetros urbanísticos existentes para o local são os definidos para as zonas ZHC. Neste pressuposto, deverá o executivo municipal decidir se pretende que se procede ou não promover a execução do PP ou apreciar a operação urbanística com base nos indicadores estabelecidos para a referida Zona Habitacional a Consolidar.-----

-----2 - Não é proposta qualquer área de cedência ao domínio publico a afectar a equipamentos e zonas verdes de utilização colectiva. Atendendo à exiguidade da operação urbanística, deixa-se à consideração superior aceitar o pagamento dos 189m2 em compensação monetária nos termos previstos no regulamento municipal de taxas.-----

-----Em face da deliberação de Câmara de 31/05/2010, após aprovação da operação de loteamento, deverá ser apresentada comunicação prévia com vista à execução de obras de urbanização quer no terreno do requerente quer no troço de 200m2 já cedidos à Autarquia de ligação à Rua Marechal Carmona.-----

-----Em conclusão e tendo em conta o parecer jurídico acima referido e os condicionalismos constantes dos pontos 1,2 e 3, em tudo o mais não se vê inconveniente no deferimento da pretensão

atendendo a que a presente operação urbanística respeita os parâmetros urbanísticos definidos no Plano Director Municipal."-----

-----A deliberação relativa a este assunto foi a seguinte:"Atendendo a que não se encontra prevista a execução do PP para o local, aprova-se o presente loteamento atendendo a que cumpre os parâmetros urbanísticos para a Zona HC, de acordo com o parecer supra. Relativamente às áreas de cedência, dado a sua exiguidade aceita-se o pagamento de compensação. Em face da deliberação de 31/05/2010, a execução das infraestruturas são da responsabilidade dos requerentes nomeadamente na parcela de terreno já cedido ao domínio publico".-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes pedidos de apoio para passe escolar, todos eles devidamente identificados e contextualizados com informação do Gabinete de Acção Social da Autarquia. Os alunos requerentes são:-----

-----Paulo Alexandre Castelo Rodrigues , residente em Fazendas de Almeirim;-----

-----Daniela Sofia Oliveira da Costa, residente em Marianos;----

-----Para ambos os pedidos, foi deliberado por unanimidade apoiar no passe escolar.-----

-----Foi apresentado pelo mesmo Gabinete, um pedido de apoio para pagamento de renda de casa, em nome de Ana Maria Mesquita Martins. O pedido está devidamente contextualizado.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar o valor da renda da casa, no total de 250€, valor correspondente a uma prestação em atraso.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Secção de Desportos de Montanha - É solicitado pela equipa de triatlo da

referida Associação, que lhe seja facultada a frequência gratuita das piscinas municipais para os seus treinos. Esta equipa, para a época 2010/2011, é formada pelos seguintes elementos: Pedro Bento, Luís Lopes, Vítor Rodrigues, Ernesto Caniço, José Rodrigues, Hugo Mendese e Helena Gerardo.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade autorizar a utilização gratuita das piscinas.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Presente o pedido de apoio por parte da Associação, para a realização da 24ª Edição dos "20 Kms de Almeirim" - Rota Sopa da Pedra - e Mini 20 Kms de Almeirim.-----

-----O Executivo deliberou aprovar a transferência igual à da 23ª Edição dos "20 Kms de Almeirim", cujo o valor é 8.691,70 euros, bem como prestar apoio logístico.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Secção de Cicloturismo - Presente o pedido de apoio financeiro, para a realização da "3ª Maratona de BTT - Rota Sopa da Pedra de 25 Kms/40Kms/80Kms".-----

-----Posto o assunto à consideração do Executivo, foi pelo mesmo deliberado apoiar com o valor de 1.500 euros.-----

-----FOOT KART - Presente o pedido de apoio financeiro, para as despesas inerentes à realização da "Gala Foot Kart 2010".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 250 euros, para apoio às despesas.-----

-----ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FAZENDENSE - Para a deliberação que se segue ausentou-se a Senhora Vereadora Maria Emília, por se encontrar legalmente impedida. -----

-----A Associação Desportiva Fazendense, solicita apoio para despesas inerentes à manutenção do campo sintético. Anexam ao pedido factura no valor de 3.630,00 euros para recuperação do mesmo.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de cinquenta por cento da factura, ou seja, 1.815€. -----

-----CONTENTOR SUBTERRANEO - O Senhor Vice Presidente deu conhecimento da carta de L.Pimenta - Investimentos Imobiliários Soc Unipessoal, Lda, onde por parte do Construtor é demonstrado o interesse em colocar na zona do prédio recentemente construído, sito no Gaveto da Rua Bernardo Gonçalves com a Rua Afonso de Albuquerque, em Almeirim, e para dar resposta aos moradores, um contentor subterrâneo, com capacidade para 5m2. A proposta do Construtor é que seja assumido metade do valor do contentor pela Câmara e a outra parte será a firma L.Pimenta a suportar.-----

-----Posto o assunto à consideração, foi aprovado mandar colocar o contentor, sendo que metade do valor é da responsabilidade do Construtor e a outra metade responsabilidade da Autarquia.-----

-----DIREITO DE PREFERENCIA - Foi presente o requerimento em nome de Susana Maria Marques Rodrigues Alcanena, solicitando certidão da Autarquia do eventual uso de direito de preferência, da venda que esta vai fazer da fracção autónoma, designada por letra "G", correspondente ao terceiro andar esquerdo, bloco 20, do prédio urbano sito na Avenida D. João I, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar do direito de preferência.-----

-----Presente também o requerimento em nome de Zulmira Bento Martins, do mesmo teor daquele acima mencionado, referente ao prédio urbano sito na Rua das Milheiras, bloco 2, 1º andar esquerdo, fracção designada por letra "D". Dada a urgência por

parte da requerente, foi emitida certidão da Autarquia com Despacho do Senhor Vice Presidente, de 27 de Setembro de 2010.--

-----A Câmara deliberou ratificar o Despacho acima mencionado.--

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta de 20 de Setembro de 2010, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica